



EDUCAÇÃO:

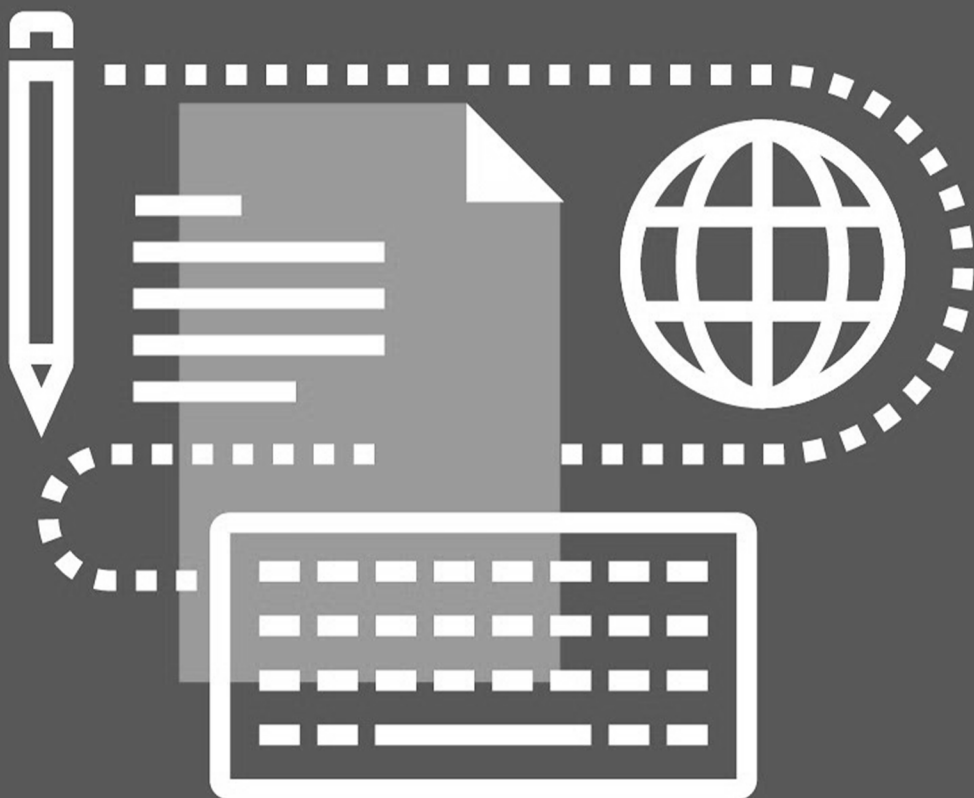
ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

5

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)

 **Atena**
Editora

Ano 2020



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

5

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 5

Editores: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 5 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-290-6
DOI 10.22533/at.ed.906201808

1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Planejamento educacional.
I. Silva, Américo Junior Nunes da.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo destrato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. Precisamos criar diferentes espaços de resistência a todos os retrocessos que nos estão sendo impostos. O quinto volume deste livro, intitulado “**Educação: Atualidade e Capacidade de Transformação do Conhecimento Gerado**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, aqueles e aquelas que pensam e inter cruzam as discussões sobre as questões de Gênero, Educação Inclusiva e Sexualidade, em diferentes instituições e regiões do país.

Este livro, portanto, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional brasileiro e as questões voltadas à inclusão, sexualidade e gênero. Os capítulos que compõe essa obra abordam, de forma interdisciplinar, a partir da realização de pesquisas, relatos de casos e revisões, problemas e situações comuns do contexto educacional.

Por fim, ao levar em consideração todos os elementos que apresentamos anteriormente, esta obra, a partir das discussões que emergem de suas páginas, constitui-se enquanto importante leitura para aqueles que fazem Educação no país ou aqueles que se interessam pelas temáticas aqui discutidas. Nesse sentido, desejo uma boa leitura a todos e a todas.

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PROFESSORES DE CIÊNCIAS E ORIENTAÇÃO SEXUAL EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE BARREIRAS - BAHIA	
Raquel Lima Besnosik	
Fábio de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9062018081	
CAPÍTULO 2	12
A DIVERSIDADE DOS SUJEITOS DA EJA: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOCULTURAIS NA ATUAL EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
Amilton Alves de Souza	
Damile da Luz dos Santos Ferreira	
Edeilda Souza Gonçalves Viana	
Humberto Cordeiro Araujo Maia	
DOI 10.22533/at.ed.9062018082	
CAPÍTULO 3	34
CONCEPÇÕES DE DOIS PROFESSORES DE CIÊNCIAS SOBRE A SEXUALIDADE TRABALHADA EM SUAS ESCOLAS	
Viviane Faria Lopes	
Paulo Henrique Mesquita Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.9062018083	
CAPÍTULO 4	49
O DIÁLOGO SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR INTERCULTURAL E BILÍNGUE	
Marlene de Brito Kling Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.9062018084	
CAPÍTULO 5	62
CENAS E DIÁLOGOS ENTRE CRIANÇAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE PENSAM, SENTEM E FALAM SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO?	
Geisa Orlandini Cabiceira Garrido	
Maria de Fátima Salum Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.9062018085	
CAPÍTULO 6	74
APLICATIVO EDUCATIVO PIONEIRAS: O RECONHECIMENTO DAS MULHERES DO BRASIL	
Júlia Braga Marques Pereira	
Mikaele Duarte de Souza	
Frederico Alves Lopes	
Adriana Mara Vasconcelos Fernandes de Oliveira	
Vitória Bispo Umbelino	
Maria Luiza Andrade Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9062018086	
CAPÍTULO 7	86
A PEDAGOGIA DE PROJETO FACILITANDO APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA EJA EM PRISÕES	
Angela Moraes Cordeiro Sena	
DOI 10.22533/at.ed.9062018087	

CAPÍTULO 8	97
A EDUCAÇÃO ESCOLAR NOS AMBIENTES DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	
Dayane Gasparotto Bertoli	
Vanessa Cristina Giangrossi	
Fernanda da Conceição de Lima	
Paula Nascimento da Silva Moura	
DOI 10.22533/at.ed.9062018088	
CAPÍTULO 9	107
A FUNDAMENTAÇÃO DA EJA COMO PROSPECÇÃO PARA UMA EDUCAÇÃO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE ALUNOS PRIVADOS DE LIBERDADE NA CASA DE DETENÇÃO DE ARIQUEMES	
Preves Santonira	
DOI 10.22533/at.ed.9062018089	
CAPÍTULO 10	118
CIDADANIA SEXUAL E “MASCULINIDADE EXTRAORDINÁRIA”: APONTAMENTOS EM GRAFITOS ESCOLARES	
Adriano Rogério Cardoso	
Tânia Regina Zimmermann	
DOI 10.22533/at.ed.90620180810	
CAPÍTULO 11	135
NAS TEIAS DE UM CURRÍCULO ESCOLAR: A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA EM FINOS FIOS	
Antônio Ferreira	
Edimara Gonçalves Soares	
DOI 10.22533/at.ed.90620180811	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	146
ÍNDICE REMISSIVO	147

A EDUCAÇÃO ESCOLAR NOS AMBIENTES DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Data de aceite: 03/08/2020

Data de submissão: 05/05/2020

Dayane Gasparotto Bertoli

Centro Universitário Hermínio Ometto –
UNIARARAS
Araras, SP

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3229352055092597>

Vanessa Cristina Giangrossi

Centro Universitário Hermínio Ometto –
UNIARARAS
Araras, SP

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0717260890692348>

Fernanda da Conceição de Lima

Centro Universitário Hermínio Ometto –
UNIARARAS
Araras, SP

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3768041839406333>

Paula Nascimento da Silva Moura

Centro Universitário Hermínio Ometto –
UNIARARAS
Araras, SP

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4232964244226112>

RESUMO: Nosso estudo visa compreender a relação entre educação e privação de liberdade. O cidadão brasileiro, mesmo privado de liberdade, possui direito à educação, assegurado

por lei. O foco é investigar o papel da educação em regimes de privação de liberdade, com vistas a diminuir as chances de reincidência de jovens e adultos nesta condição. Outro aspecto abordado em nosso estudo foi a configuração psíquica da pessoa na adolescência, período este de intensa vulnerabilidade, que, se agregada a conflitos mal resolvidos, pode vir a frustrar este jovem. O trabalho baseia-se em uma revisão bibliográfica, cuja base teórica é a Pedagogia Social. Esta é uma área de estudos que surgiu a partir da necessidade de educação e escolarização a grupos excluídos socialmente, além de proporcionar um discernimento crítico, científico e teórico para que os cidadãos saibam agir e conhecer sobre seus direitos, não somente o conhecimento formal. Buscamos mostrar o poder de transformação do ensino e a importância do professor nesse contexto, a partir da leitura dos artigos, leis, matérias e documentários de referência para este trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema prisional; Pedagogia social; Pedagogia em contextos não escolares.

SCHOOL EDUCATION IN THE LIBERTY PRIVATION ENVIRONMENTS

ABSTRACT: Our research study aims for

understanding the relation between education and liberty privation. Any Brazilian citizen, even imprisoned, is entitled to education because it is assured by law. This study is focused on evaluating the education finality in liberty privation environment in order to decrease the chances of teenagers and adults recidivism in this condition. Another aspect brought up here was the person psychological background during the adolescence because this is a period of strong vulnerability that when it is combined with not well sorted out conflicts can frustrate the person. The research study is based on a bibliographic revision whose groundwork is Social Pedagogy. This study area came up considering the need of education and schooling in socially debared groups besides to provide a critical, scientific and theoretical insight for the citizens have knowledge about how to act and to identify your rights, not only the formal knowledge. Also, we seek to show the teaching transformation power and the teacher importance in this context by way of articles reading, laws, features and documentaries used as reference to this research study.

KEYWORDS: Prison system; Social Pedagogy; Pedagogy in a not school context.

1 | INTRODUÇÃO

A educação escolar nos regimes de privação de liberdade possui diversos estudos, o que contribui à formação do professor e à prática pedagógica, pois permite conhecer um pouco da realidade profissional nesses estabelecimentos. Como relatado em Onofre e Julião (2013), é preciso considerar que os ambientes de privação de liberdade são também um local de aprendizagem, que proporciona ao detento conhecimentos, valores e reconhecimento de seus direitos, além de conduzir ao presente e ao futuro e a dar um novo significado ao seu passado.

O ser humano, mesmo privado de liberdade, como relatado acima, possui direito a educação, assegurado por lei, promulgada em 11 de março de 2009, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais. (BRASIL, 2009). Porém, mesmo sendo uma pauta reconhecida por lei – o direito ao conhecimento por parte de todos – inclusive da população carcerária, ainda é pouco divulgado na sociedade em geral, inclusive na formação do pedagogo.

Esse profissional possui um papel de extrema importância na reinserção de infratores à sociedade, pois pode, em termos gerais, mudar o destino destes ao saírem da prisão, como destacado por Roberto da Silva (2015). Assim, estudar a educação escolar na reinserção do indivíduo que cometeu ato infracional tem relevância social, pois nos permite contemplar a importância de todos terem acesso ao conhecimento, independente do ambiente em que estão.

Encontramos na Pedagogia Social uma área de conhecimento reflexiva sobre esse contexto, e que será utilizada como referência nesta revisão de literatura. É uma área de estudos que surgiu a partir da necessidade de educação a grupos excluídos socialmente, além de proporcionar um discernimento crítico, científico e teórico para que os cidadãos

saibam agir e conhecer sobre seus direitos, não somente o conhecimento formal.

2 | OBJETIVO

Nossa revisão de literatura tem como foco investigar o papel da educação em regimes de privação de liberdade, com vistas a diminuir as chances de reincidência de jovens e adultos nesta condição.

Para isso, pretendemos mostrar a importância da educação num ambiente de privação de liberdade, já que muitas vezes é o único contato com o conhecimento formal, visando à reinserção destes jovens e adultos à sociedade com melhores perspectivas.

Buscamos mostrar também o poder de transformação do ensino e a importância do professor nesse contexto, a partir da leitura dos artigos, leis, matérias e documentários de referência para este trabalho. Destacamos também o aspecto psicológico do público alvo, com algumas pesquisas de campo (BUENO, PENNA, 2016; OLIVEIRA, 2013; SILVA, 2015) realizadas a partir de entrevistas em presídios de diferentes estados e configurações; detentos que atuam como monitores educacionais, professores e suas dificuldades na prática pedagógica. Também abordamos textos referentes à estrutura familiar dos jovens infratores, relacionando alguns fatores de risco com a probabilidade da infração.

3 | POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AMBIENTES DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Pelos meios legais, são oferecidos aos presos o direito à educação, como é possível constatar no documento da ONU de 1957, na LDB, na Lei de Execução Penal e nas Diretrizes Nacionais para a Educação nas Prisões. Esses documentos dissertam sobre os direitos dos reclusos à educação, a uma biblioteca e a assistência à unidade em que estão. (OLIVEIRA, 2013). Além disso, garante o acesso à educação e a um professor. (SILVA, 2015).

Contudo, são necessárias políticas públicas que façam valer o que está posto nas legislações.

Um bom exemplo de políticas públicas que vem obtendo resultados é encontrado na Suécia, que vem fechando instituições prisionais, por falta de detentos. Esse resultado foi construído, não por uma política isolada, mas por reformulações nas três esferas políticas: legislativa, executiva e judiciária, além de investimento massivo na educação, desde a Educação Infantil, buscando evitar delitos futuros. Outras medidas que obtiveram resultados positivos foram investimentos na reabilitação de presos; penas alternativas em alguns casos e penas mais leves para delitos de drogas. (BOCCHINI, 2013).

Antagônico ao país citado, no Brasil não há muitos investimentos de políticas públicas na educação, além da qualidade heterogênea do ensino, apesar de nas legislações estarem dispostas relevâncias para progresso. Essa carência pode ser exposta no

seguinte fragmento:

[...] as professoras sentem a exclusão do outro como parte delas próprias, transferem para suas vidas a possibilidade de vivenciarem a reclusão, experimentam o momento em que a dor deixa de ser individual para se tornar um sofrimento coletivo e percebem em suas carnes e suas almas o sentido do excluído; sofrem a ausência de incentivos, investimentos e políticas públicas específicas e direcionadas ao trabalho que realizam. (CELLA, CAMARGO, 2009, p. 290)

Segundo a Resolução nº 03 de 2009 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o artigo nove dispõe sobre a formação e a conduta dos funcionários:

Educadores, gestores, técnicos e agentes penitenciários dos estabelecimentos penais devem ter acesso a programas de formação integrada e continuada que auxiliem na compreensão das especificidades e relevância das ações de educação nos estabelecimentos penais, bem como da dimensão educativa do trabalho. (BRASIL, 2009).

Podemos citar duas realidades distintas, uma na penitenciária de Uberlândia/MG (OLIVEIRA, 2013), e outra na UIP-1 e UIP-2 (CELLA, CAMARGO, 2009), sendo UIP – Unidade de Inteligência Policial. A primeira nos mostra uma realidade totalmente diferente das postas nas legislações:

Conforme os depoimentos de alguns presos, os agentes de segurança penitenciária tendem a dificultar o seu acesso às atividades de educação, contrariamente ao discurso oficial expresso nos documentos e normativas que tratam da educação nas prisões. (OLIVEIRA, 2013, p. 962).

Já a segunda demonstra a atenção dos funcionários penitenciários para com os detentos, apesar do ambiente não favorecer esta conduta.

Tanto na UIP-1 como na UIP-2, impressionam a gentileza, educação e atenção dos atendentes, guardas e demais profissionais, o que acaba por destoar, portanto, do ambiente frio, impessoal e absolutamente carente de polícias públicas efetivas. (CELLA; CAMARGO, 2009, p. 284-285).

Mesmo as políticas públicas ressaltando a importância da formação continuada dos funcionários destes ambientes para que compreendam a mudança que a educação pode trazer à vida dos internos, há uma falha na sua aplicabilidade, pois mesmo no artigo citado – no qual os funcionários aparentemente possuem empatia pelos detentos – há o enfoque de que o ambiente necessita de políticas públicas efetivas.

As falas dos sujeitos revelam que o acesso [...] à educação escolar está condicionado a uma vontade pessoal associada aos bons comportamentos [...]. Esses comportamentos são traduzidos em respeito às ordens internas [...].

Dessa forma, o que é um direito de todos passa a ser configurado [...] como uma oportunidade [...]. Ou seja, a lógica de premiação e castigo do sistema prisional, pautada na conduta de cada preso, transforma o direito de todos à educação em um benefício individual e algo a ser conquistado. (OLIVEIRA, 2013, p. 961).

Posto isso, as políticas públicas necessitam de fiscalização, para garantir que todos tenham acesso à educação, como previsto na lei.

4 | O ASPECTO PSICOSSOCIAL DO ADOLESCENTE E CONFLITOS FAMILIARES

É necessário conhecer o que levou o jovem a cometer o ato infracional. A adolescência é um período de vulnerabilidade que, quando agregada a conflitos familiares de grande impacto, pode desencadear o sentimento de frustração neste jovem.

Não é suficiente conhecer o ato infracional, é preciso também conhecer as motivações que vêm da história de vida do adolescente, sua realidade social e cultural, e os conflitos familiares que o envolvem. Essa avaliação descentra o ato infracional e o centra no sujeito e sua história. (PEDREBON; GIONGO, 2015, p. 96).

O artigo de Pedrebon e Giongo (2015) disserta sobre o que leva os jovens a cometerem atos infracionais, da perspectiva psicológica. Através de diversas pesquisas, as autoras chegaram à conclusão de que a infração cometida por jovens, muitas vezes, é desencadeada por diversos fatores de riscos, como ausência da figura paterna, agressividade na resolução de conflitos dentro da família, permissividade da mãe e distanciamento afetivo, comunicação falha, entre outros.

Apesar de esses estudos mostrarem esses fatores como possíveis motivadores ao ato infracional, isso não significa que todo jovem com essas características familiares irá cometê-lo, nem que um jovem sem esses atributos dentro do contexto doméstico não irá praticar nenhum delito.

Quando os delitos ocorrem, é necessário que as políticas de intervenção envolvam toda a família, já que são gastos recursos e um trabalho especializado para com este jovem. Em Pedrebon e Giongo (2015) são citados dois tipos de medidas para o adolescente infrator, o primeiro é a medida socioeducativa, na qual são designadas a prestação de serviço à comunidade, a liberdade assistida, semiliberdade, a internação em estabelecimento educacional e a reparação do dano causado; já o segundo são medidas de restrição de liberdade, indicado aos casos mais graves.

Ressaltamos os cuidados no retorno ao convívio familiar. Na maioria das vezes esse adolescente encontra o mesmo cenário, o que aumenta suas chances de voltar a cometer delitos.

Por isso é importante um suporte para todos os membros da família, como o atendimento em grupo. (Pedrebon e Giongo, 2015).

Podemos inferir que como a adolescência é um período no qual os jovens passam por mudanças físicas e psicológicas, a família possui papel fundamental na conduta que este jovem virá a ter. Aliado a isso, o educador do ambiente prisional deve possuir empatia pelos alunos; tem que conhecer a realidade do estudante em regime de privação de liberdade e se interessar por ele.

5 | A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR E DO PROFESSOR NOS AMBIENTES DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

É possível perceber que os professores que trabalham com jovens em regime de privação de liberdade enfrentam muitos percalços em sua prática. Entre os desafios, está a imprevisibilidade, a precária condição de trabalho, falta de material e apoio para realização das atividades.

A sala das professoras é um universo à parte. O desgaste da pintura das paredes e a antiguidade dos móveis, absolutamente díspares, são quebrados pela desorganização, harmônica e encantadora, do colorido de cartazes e trabalhos escolares, despreocupadamente pregados nas paredes, livros didáticos empilhados por todos os lados, lápis de cor, canetas, cartas e cadernos sobre as mesas, espaço para café, água ou um pequeno lanche. Nesse local, as grades nas janelas são imperceptíveis. (CELLA, CAMARGO, 2009, p. 284-285).

É uma tarefa difícil atuar com poucos recursos, contudo essa questão não pode justificar um trabalho mal elaborado, sem consideração aos alunos, uma vez que, mesmo em privação de liberdade, são sujeitos de direito público subjetivo, ou seja, seu direito a educação é irrevogável, por isso faz-se necessário “práticas que potencializem a reflexão e promovam a valorização dos alunos [...]” (PENNA; CARVALHO; NOVAES, 2016, p. 114).

O professor, reconhecendo este direito, deve proporcionar conhecimento formal e consciência crítica. De acordo com a perspectiva da Pedagogia Social:

[...] o Pedagogo, tendo formação e atuação voltada para o aspecto social, precisa proporcionar os meios necessários para os sujeitos historicamente excluídos terem as condições de alcançarem a consciência crítica perante o contexto em que estão inseridos e a partir de suas ações, alcançarem seus direitos como cidadãos. (PAULA; MACHADO, 2009, p.231)

Essa Pedagogia visa que os educadores sejam formados para garantir o ensino e a inclusão dos que geralmente têm seus direitos negados, dentre esses, as pessoas privadas de liberdade.

A educação neste ambiente, de quando surgiu até os dias atuais, não tiveram grandes mudanças. Segundo Ramos, a partir de Violeta Núñez:

[...] a educação especializada em âmbito penitenciário teve a sua origem no final da Segunda Guerra Mundial. Representou o produto da reconversão de educadores de diversas origens, que curiosamente se caracterizavam pelas suas atuações repressivas [...] e cujo trabalho se passou a centrar nos sujeitos com dificuldades diversas, para tentar integrá-los numa rede social normalizada. (RAMOS, 2006, p.140)

A educação no âmbito penitenciário ainda mantém certas práticas repressivas. Essa mudança da concepção de educação não é necessária apenas nos espaços de privação de liberdade, pois, no Brasil ainda restam vestígios da abordagem tradicional, imposta no período da Ditadura Militar (1964 – 1985).

A instituição em que se encontram possui influência decisiva, pois sua assistência pode comprometer o ensino e a tentativa de ressocializar o indivíduo infrator. Constatamos

que a condução dos funcionários interfere no processo de ensino-aprendizagem. Segundo Cella e Camargo, a partir de Francisco José de Lima:

[...] essa mudança tem de começar já. A hora é agora, o lugar é este e os agentes da mudança somos todos nós! Basta que sejamos corajosos para dizer em voz alta que esta sociedade, da qual fazemos parte, não nos serve mais; não responde à nossa compreensão de mundo, não contempla nosso entendimento de quem é pessoa humana entre nós [...] (CELLA, CAMARGO, 2009, p. 285)

Os detentos sofrem influência de todos ao redor, não apenas do docente. Podemos destacar o documentário *The fear of 13 (O medo do 13)* (2015), que relata a prisão nos EUA, no qual há o depoimento de Nicholas Yarris, que começou a ler a partir de livros, sem um mediador, apenas tendo acesso a exemplares com a permissão de um policial de boa índole.

O papel do professor para alguns encarcerados é apenas transmitir conhecimento:

Ao investigarmos o sentido por eles [presos] atribuído ao trabalho de professor, este transpareceu referido a funções próprias ao processo de escolarização, como ensinar a ler, a fazer contas, ampliar os conhecimentos dos alunos sobre o mundo e promover a sua certificação. (BUENO; PENNA, 2016, p. 403).

Apesar desta visão de educação que alguns detentos possuem – e, por vezes, a sociedade como um todo –, a sala de aula é um espaço para interação, para associar aprendizagens novas a conhecimentos prévios, para uma aprendizagem significativa, para saírem deste ambiente com uma perspectiva diferente de possibilidades. A educação na instituição prisional, mesmo não sendo uma escola comum, compete a um lugar de ensinamentos.

Essa questão pode ser corroborada na tabela de Cunha (2010), que reflete as proporções das detentas no Centro de Ressocialização Feminina (CRF) de Araraquara/ SP e sua escolaridade:

Escolaridade das reeducandas antes e depois da prisão – referência do CRF de Araraquara, em outubro de 2009							
Número de mulheres	Analfabeta	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incomp.	Superior completo
Escolaridade antes da prisão	1	51	7	10	5	2	2
Escolaridade em outubro de 2009	0	49	6	12	7	2	2

Tabela 1
(CUNHA, 2010, p. 169)

Observando a tabela 1, a escolaridade pode interferir nos atos infracionais, pois a maioria das mulheres entrevistadas não possuía o Ensino Fundamental completo; todavia, isso não é uma justificativa para o crime, e também não pode ser considerado fator determinante, já que há duas detentas com Ensino Superior.

A escolarização nos ambientes de privação de liberdade é satisfatória quando há seriedade e valorização dos conhecimentos prévios dos alunos, dando-lhes uma aprendizagem significativa, e igualando-os aos outros indivíduos, educacionalmente. Analisando os dados, notamos que a educação formal das aprisionadas melhorou. É notório o avanço, dadas as condições de trabalho neste ambiente.

[...] a educação na prisão pela perspectiva dos direitos humanos, porque ela constitui um valor em si mesma, um conjunto de ferramentas e de capacidades que ampliam as possibilidades de implementação de projetos que contribuam para a inclusão social, cultural e econômica das pessoas aprisionadas. (ONOFRE; JULIÃO, 2013, p. 52)

Os detentos não devem ser estigmatizados, pois possuem direitos, e sua educação, mesmo não sendo no ambiente ideal, deve visar a sua inclusão na sociedade, de forma digna e justa.

Destacamos que algumas características são pertinentes à maioria dos indivíduos em privação de liberdade, tais como a falta de oportunidade, a baixa escolaridade, os problemas familiares e a baixa renda; além do preconceito relacionado às pessoas desfavorecidas socioeconomicamente e recentemente em liberdade, sendo seu julgamento diferenciado.

Após a saída do período de reclusão, alguns indivíduos sentem-se angustiados:

As armadilhas da privação de liberdade afastam o indivíduo do mundo doméstico e o espaço-tempo entre muros estabelece uma ruptura com um mundo com o qual ele não sabe mais se relacionar, o que inaugura a primeira angústia com relação ao que fazer a partir dali. (ONOFRE, 2016, p. 46).

Roberto da Silva analisa as variações do estado em que entraram na prisão, e quais foram suas transformações ao saírem. De acordo com o autor, é interessante as medidas que proporcionam aos detentos oportunidade de trabalho ainda enquanto encarcerados, porém, relata casos de promessas de trabalho ao saírem da instituição que posteriormente não foram cumpridas. (SILVA, 2015).

Apesar dessa tentativa de transformação, após o encarceramento, muitas vezes continuam taxados de criminosos, possuindo pouca possibilidade de retorno à sociedade comum.

Posto isso, deve acontecer um trabalho mútuo, uma vez que os detentos precisam de oportunidades para não haver reincidência, e a sociedade precisa ser mais receptiva para com esses indivíduos.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação em um ambiente de privação de liberdade, seja para jovens ou adultos, é de extrema importância para a ressocialização destes.

Merecem ser respeitados por todos que trabalham na instituição prisional, desde agentes, professores, psicólogos e outros profissionais que ali exercem sua função, para que, quando deixem a penitenciária, tenham uma perspectiva de vida diferente da que se encontravam.

Mesmo com condições insatisfatórias, os professores devem lembrar que seus alunos tiveram experiências anteriores, trazendo consigo uma bagagem cultural, por isso é importante que a prática pedagógica seja um mecanismo que venha a agregar valores e conhecimentos.

A educação – direito público subjetivo – causa impacto na vida desses sujeitos, pois transforma o indivíduo.

A instrução profissional necessita de mudanças; as políticas públicas precisam ser postas em prática e fiscalizadas; a sociedade reflete a educação, por isso essa deve ser ofertada com equidade e qualidade. Não sendo uma educação qualitativamente heterogênea, promoverá, conseqüentemente, uma provável diminuição de infratores na sociedade. Com um nível de ensino mais elevado, as pessoas criarão consciência crítica, podendo reaver seus direitos, postos nas legislações brasileiras.

Posto isso, acreditamos na necessidade de uma formação que vise outros campos, utilizando-se da Pedagogia Social, além da sala de aula.

REFERÊNCIAS

BOCCHINI, Lino. **Suécia fecha 4 prisões e prova: a questão é social**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/suecia-fecha-4-prisoos-e-prova-mais-uma-vez-a-questao-e-social-334.html>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos Estabelecimentos Penais**. Resolução n. 03 de 11 de março de 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica&catid=323:orgaos-vinculados>. Acesso em: 12 mai. 2018.

BUENO, José Geraldo Silveira; PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira. A docência no ambiente prisional: entre a autonomia e a opressão. **Etnográfica**, Lisboa, v. 20, n. 2, p. 387-409, jun.2016. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65612016000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 set. 2017.

CELLA, Silvana Machado; CAMARGO, Dulce Maria Pompêo de. Trabalho pedagógico com adolescentes em conflito com a lei: feições da exclusão/inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 281-299, Apr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Mar. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000100014>.

CUNHA, Elizangela Lelis da. Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. **Cad. CEDES**, Campinas , v. 30, n. 81, p. 157-178, Aug. 2010 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622010000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Mar. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622010000200003>.

OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de. A educação escolar nas prisões: uma análise a partir das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG). **Educ. Pesqui.**, São Paulo , v. 39, n. 4, p. 955-968, Dec. 2013 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000400009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Mar. 2017. Epub Aug 30, 2013.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; JULIAO, Elionaldo Fernandes. A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas. **Educ. Real.**, Porto Alegre , v. 38, n. 1, p. 51-69, mar. 2013 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362013000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 mar. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362013000100005>.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. A PRISÃO: INSTITUIÇÃO EDUCATIVA?. **Cad. CEDES**, Campinas , v. 36, n. 98, p. 43-59, Apr. 2016 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622016000100043&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Mar. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/CC0101-32622016162569>.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de; MACHADO, Érico Ribas. Pedagogia: concepções e práticas em transformação. **Educar em Revista**, [S.l.], n. 35, p. p. 223-236, dez. 2009. ISSN 1984-0411. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/16732>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira; CARVALHO, Alexandre Filordi de; NOVAES, Luiz Carlos. A formação do pedagogo e a educação nas prisões: reflexões acerca de uma experiência. **Cad. CEDES**, Campinas , v. 36, n. 98, p. 109-122, Apr. 2016 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622016000100109&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Mar. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/CC0101-32622016162564>.

PREDEBON, Juliana; GIONGO, Cláudia. A família com filhos adolescentes em conflito com a lei: contribuições de pesquisas brasileiras. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 19, n. 1, p. 88-104, jun. 2015 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 mar. 2017.

RAMOS, Emilio Lucio-Villegas. A formação de educadores especializados em âmbito penitenciário, na perspectiva da pedagogia social. **Rev. Port. de Educação**, Braga , v. 19, n. 1, p. 129-152, 2006 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872006000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 mar. 2017.

SILVA, Roberto da. A eficácia sociopedagógica da pena de privação da liberdade. **Educ. Pesqui.**, São Paulo , v. 41, n. 1, p. 33-48, Mar. 2015 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022015000100033&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Mar. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022015011381>.

THE fear of 13. Direção de David Singleton. Produção de David Singleton, Christopher Riley, Haroula Rose. Música: Philip Sheppard. Pensilvânia: Dogwoof, 2015. (96 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <www.netflix.com/title/80099305?source=android>. Acesso em: 15 jan. 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aplicativo Educativo 74, 75, 77, 80, 83, 84, 85

Aprendizagem 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 27, 53, 56, 58, 59, 60, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 98, 103, 104, 108, 111, 112, 114, 126, 140

C

Ciências 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 34, 35, 40, 44, 51, 59, 62, 72, 73, 78, 90, 91, 146

Currículo intercultural e bilíngue 49, 55, 58, 59

D

Diversidade dos sujeitos 12, 13, 14, 15, 21, 22, 25, 27, 31, 32

E

Educação 11, 2, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 41, 42, 43, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 71, 72, 73, 78, 80, 82, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 122, 126, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146

Educação de jovens e adultos 15, 16, 24, 32, 33, 91

Educação escolar quilombola 135, 137, 140

Educação infantil 11, 62, 63, 64, 67, 68, 71, 72, 73, 99

Educação Prisional 90, 95, 107, 110, 111

EJA em prisões 86

Ensino 1, 2, 3, 4, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 32, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 49, 50, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 74, 77, 78, 80, 86, 87, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 102, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 122, 126, 133, 138, 140, 143, 146

Escola 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 17, 19, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 53, 54, 55, 59, 60, 86, 87, 88, 90, 92, 93, 94, 103, 109, 111, 115, 117, 118, 122, 124, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 143, 144

Escolas quilombolas 135, 138, 139, 140, 142, 143

G

Gênero 2, 10, 19, 37, 45, 46, 52, 55, 62, 63, 64, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 84, 85, 109, 112, 115, 118, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 131, 132, 133, 134

Gestão Educacional 107, 114, 116

H

Histórico de vida 12

I

Infância 10, 26, 62, 63, 64, 72, 73, 121

Interculturalidade 49, 53, 54

M

Masculinidade 67, 71, 72, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Mulheres brasileiras 75, 77, 78, 80, 83, 84

Multiculturalismo 49, 50, 51, 52, 53, 54, 60, 61, 145

O

Orientação Sexual 1, 2, 3, 10, 11, 19, 34, 35, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

P

Paulo Freire 12, 13, 14, 19, 21, 22, 31, 56, 57, 59, 61, 90, 107, 108, 110, 111, 116

Pedagogia de projetos 88, 89, 91, 92, 95

Pedagogia em contextos não escolares 97

Pedagogia Social 33, 97, 98, 102, 105, 106

Pioneiras 74, 75, 76, 77, 80, 81, 83, 84, 85

Política 16, 17, 32, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 78, 79, 82, 87, 99, 100, 106, 107, 108, 112, 116, 121, 125, 129, 131, 132, 133, 136, 137, 139, 142, 145

Práticas curriculares 135, 138, 141

Professor 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 18, 20, 27, 30, 32, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 75, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 97, 98, 99, 102, 103, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 135, 141, 143, 146

R

Reconhecimento Feminino 75

S

Saúde 2, 7, 9, 11, 19, 36, 45, 78, 79

Sexualidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 29, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 63, 64, 72, 73, 77, 122, 123, 126, 128, 129, 131, 132, 133, 134

Sistema prisional 86, 91, 97, 100, 106

T

Teoria Pedagógica 107, 116

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

**Atena**
Editora

Ano 2020